

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 115 – 07/10 a 11/10/2019

Sumário

- ✘ *Destaque da Semana*
- ✘ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ✘ *Notícias do Executivo*
- ✘ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ✘ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ✘ *Outras Notícias*
- ✘ *Atos Normativos*
- ✘ *Dados Estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[TST suspende processos que tratam de restrição de direitos por norma coletiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/10/2019

Em sessão realizada nessa quinta-feira (10), a Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por maioria, suspender a tramitação de todos os processos que tratam da validade de norma coletiva que limita ou restrinja direito trabalhista não assegurado pela Constituição da República. Com a decisão, os processos ficam suspensos até que o Supremo Tribunal Federal defina tese jurídica sobre a matéria, objeto de repercussão geral.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

SEST
Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

CBIC



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ministro determina que TRT suspenda tramitação de processo sobre horas de deslocamento](#)

Supremo Tribunal Federal - 11/10/2019

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que suspenda a tramitação de recurso em que se discute a aplicação de norma coletiva sobre o pagamento de horas de deslocamento do empregado (horas in itinere) até que o Supremo julgue recurso com repercussão geral que abrange a matéria.

[MP tem legitimidade para propor ação civil pública em demandas sobre FGTS](#)

Supremo Tribunal Federal - 09/10/2019

Em sessão extraordinária realizada na manhã desta quarta-feira (9), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou tese de repercussão geral para assentar que o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de direitos sociais relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O entendimento foi consolidado no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 643978, interposto pela Caixa Econômica Federal (CEF), de relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

[Nobel da Paz vai abrir seminário sobre trabalho seguro na quarta-feira \(16\) no TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/10/2019

O indiano Kailash Satyarthi, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2014, vai ministrar a conferência magna de abertura do 5º Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro, na próxima quarta-feira (16), às 19h, com o tema “Da violência à cultura da paz nos ambientes de trabalho”. No seminário, que será realizado nos dias 16, 17 e 18/10 no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, serão discutidas situações no ambiente de trabalho que podem levar ao adoecimento, como assédio moral e sexual e discriminação.



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Imposto de Renda não incide sobre a pensão mensal por acidente de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/10/2019

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu a incidência do Imposto de Renda sobre a pensão mensal decorrente de acidente de trabalho de uma escriturária do Banco Bamerindus S.A. (atual HSBC Bank Brasil S/A) em Guarapuava (PR). Segundo a Turma, tanto a indenização por danos morais quanto o pagamento de pensão mensal não se enquadram no conceito legal de renda, pois visam apenas compensar a lesão sofrida pelo empregado.

[Espólio de empregado falecido após a extinção do contrato pode ajuizar ação por dano moral](#)

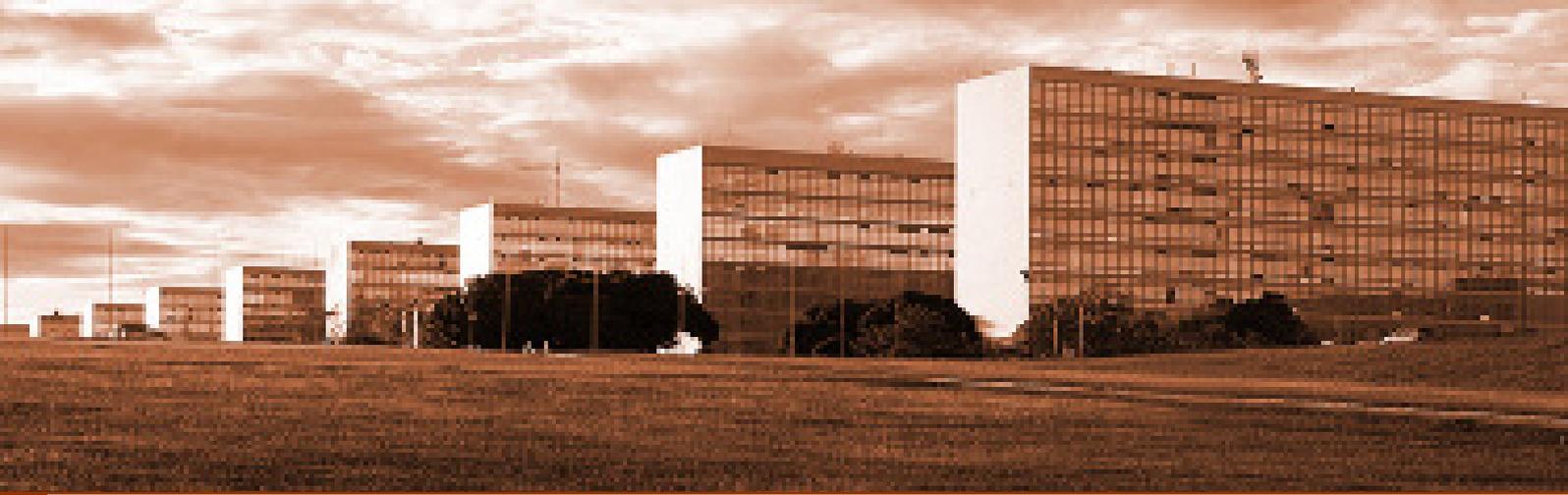
Tribunal Superior do Trabalho - 10/10/2019

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade do espólio de um auxiliar de depósito de Sapucaia do Sul (RS), falecido após a extinção do contrato de trabalho, para pleitear indenização por dano moral decorrente de acidente de trabalho. Com isso, determinou o retorno do processo ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) para exame do mérito.

[Dirigente de federação obtém estabilidade mesmo após desfiliação de sindicato](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/10/2019

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu a estabilidade provisória a uma camareira da Companhia Tropical de Hotéis da Amazônia que exercia o cargo de diretora suplente da federação representativa de sua categoria. O fato de o sindicato ao qual ela pertence ter se desfiliação da federação, segundo a Turma, não afasta a garantia de emprego.



Notícias do Executivo

[Decreto fortalece governança do CNIS e regulamenta Observatório de Previdência](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 10/10/2019

Foi publicado nesta quinta-feira (10), no Diário Oficial da União, o Decreto no 10.047/2019, que fortalece a governança do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e define diretrizes para o funcionamento do Observatório de Previdência e Informações do CNIS. O programa é vinculado à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e tem, entre seus objetivos, promover pesquisas na área previdenciária, com base no CNIS.

[Ciclo de palestras na Bahia atinge mais de 500 participantes](#)

Fundacentro - 10/10/2019

O Ciclo de Palestras de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalho Rural no Território Recôncavo Sul, evento coordenado pela Fundacentro (Centro Regional da Bahia), reuniu, em 4 dias de eventos, mais de 500 participantes, entre trabalhadores da área urbana e rural, líderes sindicais, cipistas, Técnicos de Segurança do Trabalho e produtores.

[Paraná promove evento alusivo à Campanha Outubro Rosa](#)

Fundacentro - 08/10/2019

A Fundacentro (Centro Estadual do Paraná) no dia 14 de outubro, das 9h às 12h, promove evento alusivo ao Outubro Rosa, juntamente com a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Paraná. Outubro Rosa é uma campanha de conscientização com o objetivo principal de alertar e informar as mulheres e a sociedade em geral sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama, o qual surgiu no Brasil em 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Instituições destacam em fórum a importância da aprendizagem profissional](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/10/2019

O Ministério Público do Trabalho (MPT), Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Superintendência Regional do Trabalho (SRTb), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/AL) e outras instituições destacaram a importância do incentivo à aprendizagem profissional, na última sexta-feira, 4, no auditório da OAB, durante o 3º Fórum de Aprendizagem do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/AL). O evento teve o objetivo de fortalecer o programa de aprendizagem, que cria oportunidades para estudantes no início de carreira e para as empresas qualificarem e desenvolverem seus profissionais.

[Nova lista suja do trabalho escravo traz 190 pessoas físicas e jurídicas](#)

Ministério Público do Trabalho - 07/10/2019

Foi publicada na última quinta-feira, 3 de outubro, pelo Governo Federal, a atualização do Cadastro de Empregadores autuados por submeterem trabalhadores a condições análogas à escravidão. De responsabilidade da Secretaria Especial do Trabalho e da Previdência, ligada ao Ministério da Economia, a chamada Lista Suja do Trabalho Escravo conta agora com 190 empregadores e pode ser acessada [aqui](#).

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Em Nota Técnica, SINAIT alerta para riscos de PL que dispensa motoristas profissionais de exame toxicológico](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 11/10/2019

O SINAIT divulga [Nota Técnica](#) que alerta sobre os riscos representados pelo Projeto de Lei – PL nº 3.267/2019, do Poder Executivo, que propõe a dispensa de motoristas profissionais da obrigatoriedade de fazer o exame toxicológico.

[SINAIT inicia estudo sobre o futuro da Inspeção do Trabalho e atual perfil dos Auditores-Fiscais do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/10/2019

A Diretoria Executiva Nacional do SINAIT – DEN está iniciando um estudo sobre a Inspeção do Trabalho e o atual perfil dos Auditores-Fiscais do Trabalho. Na primeira perspectiva, se dedicará a pensar e refletir a Inspeção do Trabalho que o Brasil precisa assegurar, levando em consideração o futuro do trabalho que hoje é debatido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, por governos e outras organizações ligadas ao mundo do trabalho.



Outras Notícias

[Rescisão antecipada de contrato temporário não dá direito a indenização](#)

Consultor Jurídico - 11/10/2019

O fim de contrato de trabalho temporário antes do prazo previsto não gera direito a indenização. De acordo com a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, a indenização prevista na CLT para a rescisão antecipada do contrato por prazo determinado é incompatível com a modalidade de contrato de trabalho temporário.

[Deputado apresenta PEC para acabar com a Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 09/10/2019

O deputado federal Paulo Eduardo Martins (PSC-PR) apresentou uma [Proposta de Emenda à Constituição](#) que extingue a Justiça do Trabalho e migre para a Justiça Federal. Segundo o deputado, a Justiça do Trabalho é o maior e o mais caro dos ramos do Poder Judiciário e encoraja a judicialização no país. Além disso, diz que a Reforma Trabalhista de 2017 reduziu o número de ações, o que leva a repensar a necessidade da existência deste ramo.

[João Eduardo de Amorim é eleito procurador-chefe do MPT em São Paulo](#)

Consultor Jurídico - 07/10/2019

O procurador do Trabalho João Eduardo de Amorim é o novo procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em São Paulo. Ele vai conduzir a gestão do órgão no biênio 2019-2021. A eleição aconteceu no dia 21 de agosto e sua posse aconteceu na última terça-feira (1º/10). A procuradora do Trabalho Vera Lucia Carlos foi designada vice-procuradora-chefe.



Atos Normativos

[PORTARIA SEPRT N° 1.097, DE 4 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU 07/10/2019 Seção II Pág. 18) - Designa os seguintes membros do Conselho Nacional do Trabalho;

[RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA CNIg N° 3, DE 28 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU 07/10/2019 Seção I Pág. 109) - Institui Câmara Especializada, no âmbito do Conselho Nacional de Imigração, para estudar e propor medidas de atração de mão de obra qualificada em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional ou com déficit de competências profissionais para o País;

[RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA CNIg N° 4, DE 28 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU 07/10/2019 Seção I Pág. 109) - Institui Câmara Especializada no âmbito do Conselho Nacional de Imigração;

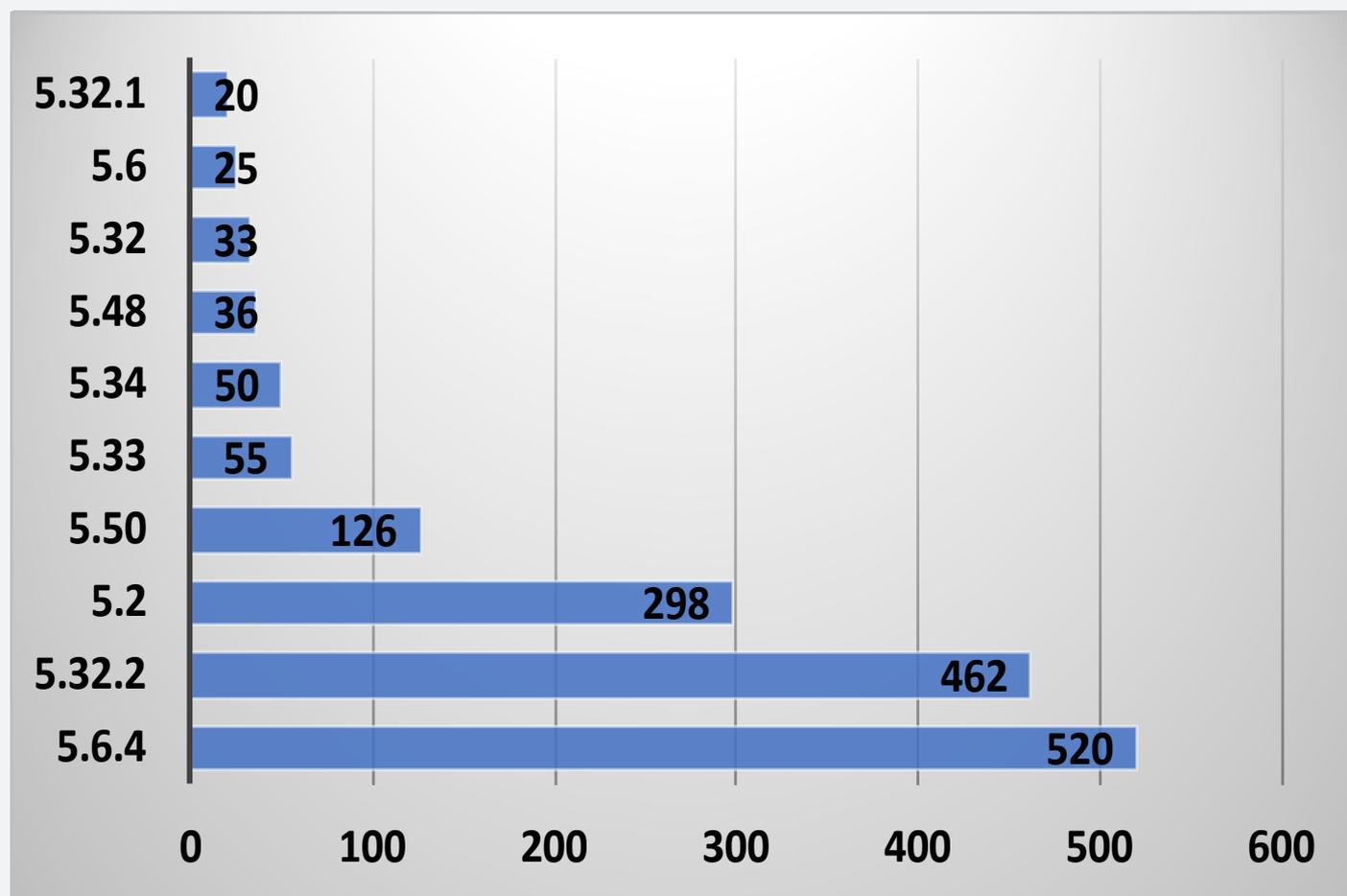
[RESOLUÇÃO CCFGTS N° 940, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU 09/10/2019 Seção I Pág. 25) - Estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS e modelo de apresentação de informações da carteira de créditos do FGTS;

[DECRETO N° 10.047, DE 9 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU 10/10/2019 Seção I Pág. 05) - Dispõe sobre a governança do Cadastro Nacional de Informações Sociais e institui o programa Observatório de Previdência e Informações, no âmbito do Cadastro Nacional de Informações Sociais;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 05 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Notificação: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

5.6.4 Quando o estabelecimento não se enquadrar no Quadro I, a empresa designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos desta NR, podendo ser adotados mecanismos de participação dos empregados, através de negociação coletiva.

5.32.2 As empresas que não se enquadrem no Quadro I, promoverão anualmente treinamento para o designado responsável pelo cumprimento do objetivo desta NR.

5.2 Devem constituir CIPA, por estabelecimento, e mantê-la em regular funcionamento as empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

5.50 A empresa contratante adotará as providências necessárias para acompanhar o cumprimento pelas empresas contratadas que atuam no seu estabelecimento, das medidas de segurança e saúde no trabalho.

5.33 O treinamento para a CIPA deverá contemplar, no mínimo, os seguintes itens:

5.34 O treinamento terá carga horária de vinte horas, distribuídas em no máximo oito horas diárias e será realizado durante o expediente normal da empresa.

5.48 A contratante e as contratadas, que atuem num mesmo estabelecimento, deverão implementar, de forma integrada, medidas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, decorrentes da presente NR, de forma a garantir o mesmo nível de proteção em matéria de segurança e saúde a todos os trabalhadores do estabelecimento.

5.32 A empresa deverá promover treinamento para os membros da CIPA, titulares e suplentes, antes da posse.

5.6 A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com o dimensionamento previsto no Quadro I desta NR, ressalvadas as alterações disciplinadas em atos normativos para setores econômicos específicos.

5.32.1 O treinamento de CIPA em primeiro mandato será realizado no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da data da posse.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico